



## COMPANHIA DE DISTRITOS INDUSTRIAIS DE GOIÁS – GOIASINDUSTRIAL

## RELATÓRIO DE DIRETORIA

Senhores acionistas e autoridades, temos a satisfação de submeter à apreciação de V. Sas. Os relatórios e quadros constantes das Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro 2014, da COMPANHIA DE DISTRITOS INDUSTRIAIS DE GOIÁS – GOIASINDUSTRIAL, de acordo com a Legislação Societária. Fazemos isso com o objetivo não apenas de cumprir as determinações legais e estatutárias, mas também de prestar maiores informações sobre o desenvolvimento da companhia.

Goiânia, 23 de abril de 2015.

LUIZ ANTÔNIO FAUSTINO MARONEZI

BRENO CELSO DE MOURA BARBOSA

GUSTAVO ALBERTO ISAC PINTO

Presidente

Diretor Técnico

Diretor Administrativo

**COMPANHIA DE DISTRITOS INDUSTRIAIS DE GOIÁS – GOIASINDUSTRIAL**  
**Balanco Patrimonial**  
**Levantado em 31 de dezembro de 2014 e de 2013**  
**(Em reais)**

ATIVO	Nota	31/12/2014	31/12/2013
<b>CIRCULANTE</b>		<b>32.010.762</b>	<b>52.596.672</b>
Caixa e bancos	4	13.989.895	15.555.280
Clientes	5	4.775.140	2.796.615
Tributos a recuperar	6	170.913	59.618
Estoques	7	837.628	1.570.931
Adiantamentos		31.747	67.337
Convênios a receber	8	12.199.204	32.539.408
Seguros a apropriar		6.236	7.483
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>73.922.694</b>	<b>75.176.925</b>
Ativo realizável a longo prazo			
Clientes	5	944.349	1.374.783
Estoques	7	3.381.520	-
Depósitos judiciais		1.000	-
Imobilizado	9	69.595.825	73.802.142
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>105.933.456</b>	<b>127.773.597</b>

**COMPANHIA DE DISTRITOS INDUSTRIAIS DE GOIÁS – GOIASINDUSTRIAL**  
**Balanco Patrimonial**  
**Levantado em 31 de dezembro de 2014 e de 2013**  
**(Em reais)**

PASSIVO + PL	Nota	31/12/2014	31/12/2013
<b>CIRCULANTE</b>		<b>27.735.259</b>	<b>44.140.358</b>
Fornecedores	10	599.831	402.966
Obrigações sociais e trabalhistas	11	1.095.582	876.339
Obrigações tributárias e fiscais	12	1.273.439	1.425.901
Obrigações com convênios	13	21.909.081	38.353.139
Adiantamento de clientes	3k	2.444.706	3.008.832
Contas a pagar	14	412.620	73.181
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>1.052.740</b>	<b>1.373.057</b>
Obrigações tributárias e fiscais	12	504.540	1.373.057
Doações e subvenções para investimento	15	548.200	-
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>77.145.457</b>	<b>82.260.182</b>
Capital social integralizado	16	145.000.000	145.000.000
Adiantamento para aumento de capital		7.500.942	6.500.942
Reserva de capital		2.648.981	2.648.981
Reserva de reavaliação		21.030	21.030
Prejuízos acumulados		(78.025.496)	(71.910.771)
<b>TOTAL DO PASSIVO + PL</b>		<b>105.933.456</b>	<b>127.773.597</b>

**COMPANHIA DE DISTRITOS INDUSTRIAIS DE GOIÁS – GOIASINDUSTRIAL**  
**Demonstração do Resultado**  
**Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e de 2013**  
**(Em reais)**

DESCRIÇÃO	Nota	31/12/2014	31/12/2013
<b>RECEITA LÍQUIDA COM VENDAS</b>	17	<b>20.554.345</b>	<b>17.192.522</b>
<b>(-) CUSTOS DOS BENS E SERVIÇOS VENDIDOS</b>		<b>(22.377.189)</b>	<b>(19.781.838)</b>
<b>RESULTADO BRUTO</b>		<b>(1.822.844)</b>	<b>(2.589.316)</b>
<b>(-) DESPESAS</b>		<b>(8.017.468)</b>	<b>(11.868.646)</b>
(-) Despesas administrativas	18	(8.017.468)	(11.868.646)
<b>(+/-) OUTRAS RECEITAS E DESPESAS</b>	19	<b>2.830.480</b>	<b>1.866.405</b>
<b>RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS</b>		<b>(6.871.715)</b>	<b>(12.591.557)</b>
(+/-) Resultado financeiro líquido	20	895.182	709.299
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>(6.114.650)</b>	<b>(11.882.258)</b>
Número de ações no final do período		145.521.661	145.521.661
Resultado por ação		(0,0420)	(0,0817)

**COMPANHIA DE DISTRITOS INDUSTRIAIS DE GOIÁS – GOIASINDUSTRIAL**  
**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido**  
**Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013**  
**(Em reais)**

EVENTOS	CAPITAL SOCIAL	ADIANTAMENTO PARA AUMENTO DE CAPITAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
Saldo em 31 de dezembro 2012	142.000.000	3.000.942	2.648.981	21.030	(60.028.513)	87.642.440
Aumento de capital	3.000.000	(3.000.000)	-	-	-	-
Adiantamento para aumento de capital	-	6.500.000	-	-	-	6.500.000
Prejuízo do exercício de 2013	-	-	-	-	(11.882.258)	(11.882.258)
Saldo em 31 de dezembro 2013	145.000.000	6.500.942	2.648.981	21.030	(71.910.771)	82.260.182
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para aumento de capital	-	1.000.000	-	-	-	1.000.000
Prejuízo do exercício de 2014	-	-	-	-	(6.114.725)	(6.114.725)
Saldo em 31 de dezembro 2014	145.000.000	7.500.942	2.648.981	21.030	(78.025.496)	77.145.457

**COMPANHIA DE DISTRITOS INDUSTRIAIS DE GOIÁS – GOIASINDUSTRIAL**  
**Demonstração dos Fluxos de Caixa**  
**Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013**  
**(Em reais)**

	31/12/2014	31/12/2013
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Prejuízo líquido do exercício	(6.114.650)	(11.882.257)
Ajustes para reconciliar o resultado líquido		
(+) Depreciação	11.467.590	11.421.958
(+) Redução das contingências passivas	-	(497.998)
(+) Receita com subvenção	(1.273.891)	(1.195.833)
<b>Decréscimo (acrécimo) em ativos</b>		
Clientes	(1.548.090)	76.334
Estoques	(2.100.017)	2.588.858
Tributos a recuperar	(111.371)	263.469
Adiantamentos	35.590	(63.619)
Seguros a apropriar	1.247	(7.483)
Depósitos judiciais	(1.000)	-
<b>(Decréscimo) acréscimo em passivos</b>		
Fornecedores	182.503	(139.769)
Adiantamento de clientes	(151.506)	1.580.320
Obrigações sociais e trabalhistas	219.242	157.732
Obrigações tributárias e fiscais	(999.753)	2.765.327
Parcelamentos	(21.226)	(69.935)
<b>Caixa líquido (consumido)/ gerado nas atividades operacionais</b>	<b>(415.330)</b>	<b>4.997.104</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Pagamento de imobilizado	(7.320.092)	(7.028.749)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de investimento</b>	<b>(7.320.092)</b>	<b>(7.028.749)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Adiantamento para aumento de capital	1.000.000	6.500.000
Recebimento de convênios	5.170.038	7.009.563
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento</b>	<b>6.170.038</b>	<b>13.509.563</b>
<b>AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>(1.565.385)</b>	<b>11.477.918</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	15.555.280	4.077.362
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	13.989.895	15.555.280
<b>VARIAÇÃO OCORRIDA NO EXERCÍCIO</b>	<b>(1.565.385)</b>	<b>11.477.918</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**COMPANHIA DE DISTRITOS INDUSTRIAIS DE GOIÁS – GOIASINDUSTRIAL**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras de 2014**  
**(Em reais)**

## 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Distritos Industriais de Goiás – GOIASINDUSTRIAL, (a seguir denominada "Goiasindustrial", ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital autorizado, sob controle acionário do Estado de Goiás, jurisdicionada à Secretaria da Indústria e Comércio, regida por estatuto próprio, bem como pelas Leis nºs. 6.404/76 e 4.728/65 (arts. 45 a 48), e Lei Estadual nº. 7.766/73, com alterações introduzidas pela Lei 13.334/98, com sede na Rua 90 Qd f 44, Lts 60/64 nº 460, no Setor Sul, na cidade de Goiânia, no Estado de Goiás.



A Goiasindustrial tem como objetivo fomentar o setor industrial do Estado de Goiás, através do desenvolvimento de distritos industriais, com a geração de renda e novos empregos. Além disso, apoiar e executar, no que lhe couber, a política de industrialização de Goiás, adotada pelo Governo do Estado, de modo a projetar e implantar, direta ou indiretamente áreas industriais, agroindustriais, bem como promover a administração das mesmas com todas as condições de infraestrutura e incentivos oferecidos pelo Governo do Estado de Goiás.

A Goiasindustrial conta com 33 distritos industriais, com quase 550 empresas distribuídas em 30 municípios, que representam todas as regiões do Estado. Entre os distritos industriais sob sua gestão destacam-se: Anápolis, Aparecida de Goiânia, Catalão, Goianira, Mineiros, Morrinhos, Rio Verde, Senador Canedo e Uruaçu; ênfase ao Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA) que é considerado um dos maiores da América Latina.

## 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPCs”), normas, orientações e interpretações expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelas disposições contidas na Lei de Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76, alterada pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09), exceto com relação ao ativo imobilizado e estoque, conforme descrito nas notas explicativas nº. 7 e 9 respectivamente. A Companhia não apurou em 2014 e 2013 quaisquer resultados abrangentes, portanto, não elaborou a Demonstração dos Resultados Abrangentes - DRA para os referidos anos.

## 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

### (a) Reconhecimento de receitas

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos tributos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

#### (a.i) Receita de prestação de serviços

As receitas de serviços são reconhecidas pelo regime de competência, através da medição mensal do consumo de água, realizado pela Goiasindustrial, nas empresas clientes sediadas nos distritos controlados, que é a principal forma de receita. Ainda, há reconhecimento de receita da realização de serviço de coleta e tratamento de esgoto.

#### (a.ii) Venda de imóveis

As receitas de vendas de imóveis são reconhecidas: (i) quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia; e (iv) os riscos e benefícios foram integralmente transferidos ao comprador. Este último item é satisfeito quando a Companhia concede a escritura pública ao comprador.

#### (a.iii) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida em base “pro rata” dia com base no método da taxa de juros efetiva, quando ganha.

### b) Caixa e bancos

Caixa e bancos incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em vencimento original de 90 dias ou menos e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos.

### c) Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de imóveis e prestação de serviços de fornecimento de água, coleta e tratamento de esgoto. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, deduzidas de perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD). Existem contas a receber atualizáveis, consoante contrato de compra e venda e, nesses casos, os valores a receber são refletidos pelo valor a receber corrigido até a data do balanço.

### d) Estoque

O estoque de imóveis a comercializar está demonstrado ao custo. O valor do custo do estoque incluem todos os custos de aquisição e de transformação, bem como outros custos incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais. O saldo contábil dos estoques de imóveis a comercializar não teve, ainda, sua conciliação concretizada com os registros e controles da área responsável pelos distritos industriais comercializáveis, conforme descrito na nota explicativa nº. 7.

### e) Tributos a recuperar

Os tributos a recuperar são apresentados pelo valor de realização, tendo sido corrigido até 31 de dezembro de cada ano, conforme previsão da legislação de cada tributo.

### f) Convênios a receber

A Companhia registrou os valores a receber da Secretaria de Estado de Indústria e Comércio / Funprodutir, referente aos contratos 05/2013 e 06/2013, que visam investimentos e despesas a serem realizados nos Distritos Industriais, conforme detalhado na nota explicativa nº 8.

### g) Imobilizado

A Companhia registra o imobilizado ao custo de aquisição ou formação deduzida da depreciação acumulada. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil-econômica dos bens determinada pela Receita Federal do Brasil. As taxas de depreciação praticadas estão apresentadas na nota explicativa nº. 9. O saldo imobilizado em andamento refere-se a instalações elétricas, instalações de água e esgoto e aplicação asfáltica em alguns terrenos.

### h) fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivo circulante, devido aos prazos de realização serem inferiores a 12 (doze) meses. Estão reconhecidas pelo valor nominal e acrescidas, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

### i) Obrigações com convênios

A Companhia mantém os convênios 05/2013 e 06/2013, firmados com a Secretaria de Estado de Indústria e Comércio / Funprodutir, os quais implicam em investimentos a serem realizados nos Distritos Industriais, conforme descrito na nota explicativa nº 13. As receitas relativas aos convênios são reconhecidas proporcionalmente à medida em que as despesas são incorridas.

### j) Provisão

Uma provisão é reconhecida no balanço quando há uma obrigação legal ou não formalizada presente como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação. As provisões para riscos tributários e cíveis são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir perdas prováveis, sendo atualizadas até as datas dos balanços, observada a natureza de cada contingência e apoiada na opinião dos advogados da Companhia, quando aplicáveis.

### k) Adiantamentos de clientes

Os valores recebidos de clientes pela venda de terrenos dos distritos industriais são mantidos na rubrica adiantamentos de clientes (comercialização de terrenos), até que todas as condições exigidas no regulamento para venda e cessão de terrenos industriais da Companhia tenham sido atendidas. Tão logo se materializa a escritura do imóvel ao comprador, entende-se que os riscos e benefícios foram transferidos da Companhia para os compradores e, neste caso, reconhece-se a receita correspondente.

### l) Contas a pagar

O saldo de contas a pagar está representado, em sua maioria, por valores adiantados por clientes devido a compra de áreas para instalação de industriais, mas que optaram por não continuar com o projeto, cancelando o contrato celebrado com a Goiasindustrial. Portanto, o saldo representa o montante a devolver a esses antigos clientes.

### m) Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

### n) Tributação

#### (n.i) Tributos sobre receitas

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições: Programa de Integração Social (PIS) 1,65%; Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 7,6%. A Companhia aproveita créditos tributários obedecendo às mesmas alíquotas sobre aquisições de: insumos utilizado no tratamento de água, energia elétrica, aluguéis pagos a pessoas jurídicas, e aquisição de bens do imobilizado utilizados na produção bens para venda e na prestação dos serviços.

#### (n.ii) Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240.000 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência. Portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. Não houve apuração desses tributos nos últimos dois anos, assim como não foi registrado nenhum tributo diferido de prejuízo, porque as condições previstas para o reconhecimento não são satisfeitas. Não houve diferenças temporárias.

#### o) Estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer, pela administração da Companhia, o uso de estimativas e premissas que afetam os saldos ativos e passivos e outras transações. Como o julgamento da administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. As estimativas incluem: depreciação, perda estimada com clientes, provisão de risco em processos onde a Companhia é parte interessada.

#### p) Subvenção governamental

Subvenção governamental é uma assistência do governo na forma de transferência de recursos para a Companhia em troca de cumprimento passado ou futuro de certas condições relacionadas às atividades operacionais da Companhia. As subvenções governamentais são reconhecidas da seguinte forma: I) a subvenção que não impõe condições de desempenho futuro sobre a Companhia; assim é reconhecida como receita quando os valores da subvenção forem líquidos e certos; II) a subvenção que impõe determinada condição de desempenho futuro sobre a Companhia; assim é reconhecida como receita apenas quando as condições de desempenho forem atendidas; III) As subvenções recebidas antes dos critérios de reconhecimento de receitas serem satisfeitos; nesse caso são reconhecidas como um passivo. A Companhia mensura as subvenções pelo valor justo do ativo recebido ou recebível.

## 4 – CAIXA E BANCOS

DESCRIÇÃO	31/12/2014	31/12/2013
Depósitos bancários (conta movimento)	(972)	(1.569)
Depósitos bancários (conta convênio)	(227.922)	2.562.318
Aplicações financeiras (a)	13.643.952	12.976.267
Aplicação em conta poupança (convênios)	574.837	18.264
<b>TOTAL</b>	<b>13.989.896</b>	<b>16.656.280</b>

(a) As aplicações financeiras correspondem às operações realizadas junto a instituições financeiras nacionais e são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias. O saldo em 31 de dezembro de 2014 corresponde às aplicações efetuadas no Banco Itaú e caixa Econômica Federal e são remuneradas em condições e taxas normais de mercado.



## 5 – CLIENTES

DESCRIÇÃO	31/12/2014	31/12/2013
<b>Circulante:</b>	<b>4.775.140</b>	<b>2.796.615</b>
Porto Seco Centro Oeste S/A	472.174	458.261
Saneago – Saneamento de Goiás	3.244.947	1.352.111
Agencia Goiana do Sistema de Execução	311.598	175.997
Brainfarma Ind. Com. Quim. Farmacêutica S/A	122.326	91.831
Outros clientes	659.675	718.415
(-) Estimativa de perda no recebimento de créditos	(35.580)	-
<b>Não circulante:</b>	<b>944.349</b>	<b>1.374.783</b>
Porto Seco Centro Oeste S/A	944.349	1.374.783
<b>TOTAL</b>	<b>5.719.489</b>	<b>4.171.398</b>

## 6 – TRIBUTOS A RECUPERAR

DESCRIÇÃO	31/12/2014	31/12/2013
IRRF de aplicações financeiras	168.973	37.609
Retenção impostos p/ INMETRO	1.941	12.389
IRRF a recuperar	-	770
ISSQN a recuperar	-	2.309
PIS/COFINS/CSSL a recuperar	-	3.578
INSS a recuperar	-	2.963
<b>TOTAL</b>	<b>170.913</b>	<b>59.618</b>

## 7 – ESTOQUES

DESCRIÇÃO	31/12/2014	31/12/2013
<b>CIRCULANTE</b>	<b>837.628</b>	<b>1.570.931</b>
<b>Terrenos:</b>		
Uruaçu	11.402	11.402
Goianira	-	4.902
Goiatuba	293.800	293.800
São Miguel do Araguaia	18.000	18.000
Pontalina	13.151	13.151
Rubiataba	1.356	1.356
Senador Canedo	2.220	211
Porangatu	26.721	28.278
Morrinhos	39.447	50.053
Jussara	52.500	52.500
Goiás	44.429	44.429
Bela Vista	13.011	13.011
Caldas Novas	14.033	14.033
Ceres	40.000	40.000
Rio Verde II	7.987	7.988
Itumbiara - Diagri	71.678	96.570
Rio Verde I	70.641	109.329
Anápolis - DAIA	117.251	241.918
Pirenópolis	-	530.000
<b>NÃO CIRCULANTE:</b>	<b>3.381.520</b>	<b>-</b>
Pirenópolis	530.000	-
Petrolina	684.183	-
Piracanjuba	714.347	-
São Luiz de Montes Belos	430.195	-
Padre Bernardo	454.788	-
Paraúna	304.707	-
Crixas	6.976	-
Silvania	256.325	-
<b>TOTAL</b>	<b>4.219.148</b>	<b>1.570.931</b>

A Companhia ainda não atendeu as disposições da Resolução CFC nº 1.170/09, modificada pela Resolução CFC nº 1.273/10, de estoques, uma vez que não realizou a conciliação final dos registros e controles da área responsável pelos distritos industriais comercializáveis, com os apontamentos mantidos nos relatórios da contabilidade, e espera-se realizá-los em breve. Parte dos estoques foi transferida para o ativo não circulante, pois a administração somente irá comercializá-la a partir de 2016, após realizar as adequações necessárias para que as áreas possam receber investimento de empresas externas na exploração de atividades econômica.

## 8 – CONVÊNIOS A RECEBER

DESCRIÇÃO	31/12/2014	31/12/2013
Convênio nº 05/2013 (a)	4.071.261	24.411.465
Convênio nº 06/2013 (b)	8.127.943	8.127.943
<b>TOTAL</b>	<b>12.199.204</b>	<b>32.539.408</b>

(a) Em 2013, a Goiasindustrial celebrou convênio (05/2013) com a Secretaria de Estado de Indústria e Comércio / Funprodur, no valor total de R\$ 30.963.603, para investimentos em infraestruturas e manutenção dos distritos industriais. Em 10/09/2014 foi registrado o 1º Termo Aditivo, onde o Convênio passou a ser de R\$ 14.726.863. Do montante repactuado, a Companhia registrou em seu ativo, um recebimento de R\$ 5.170.038 em 2014. Conforme 1º Termo aditivo ao contrato original, o saldo a receber de R\$ 4.071.261, é composto pelas parcelas 6, 7 e 8 e o recebimento de cada parcela está condicionado à prestação de contas da última parcela recebida.

(b) Em 2013, a Goiasindustrial celebrou convênio (06/2013) com a Secretaria de Estado de Indústria e Comércio / Funprodur, no valor total de R\$ R\$ 11.840.664, para a construção do anel viário do Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA). Do montante pactuado a Companhia registrou em seu ativo o montante de R\$ 10.531.595, dos quais já foram recebidos R\$ 2.403.652. Conforme contrato original o saldo a receber de R\$ 8.127.943, é composto pelas parcelas de 4 a 12 e o recebimento de cada parcela está condicionado à prestação de contas da penúltima parcela recebida.

## 9 – IMOBILIZADO

Os detalhes do ativo imobilizado da Companhia estão demonstrados no quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	Terrenos	Benfeitorias	Edificações	Veículos	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Sist. de abast. água e esgoto	Equip. de informática	Obras em andamento	Total
<b>Custo:</b>										
Saldo em 31 de dezembro de 2012	711.691	74.765.260	11.794.159	48.873	287.504	1.684.094	37.217.654	186.159	4.133.692	130.829.086
Adições 2013	1.000.000	1.281.112	-	116.900	9.436	184.142	439.727	15.660	6.592.579	9.639.556
Baixas 2013	-	-	-	-	(421)	-	-	-	(1.551.112)	(1.551.533)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.711.691	76.046.372	11.794.159	165.773	296.519	1.868.236	37.657.381	201.819	9.175.159	138.917.109
Adições 2014	-	-	-	179.500	18.790	83.002	95.153	106.718	6.822.985	7.306.148
Baixas 2014	-	-	-	(44.875)	-	-	-	-	-	(44.875)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.711.691	76.046.372	11.794.159	300.398	315.309	1.951.238	37.752.534	308.537	15.998.144	146.178.382

## Depreciação:

Saldo em 31 de dezembro de 2012	- (28.791.427)	(5.012.495)	(48.623)	(182.356)	(710.284)	(18.855.275)	(92.128)	-	(53.692.588)
Adições 2013	- (7.540.383)	(459.743)	(6.095)	(21.886)	(143.999)	(3.225.115)	(25.579)	-	(11.422.800)
Baixas 2013	-	-	-	-	421	-	-	-	421
Saldo em 31 de dezembro de 2013	- (36.331.810)	(5.472.238)	(54.718)	(203.821)	(854.283)	(22.080.390)	(117.707)	-	(65.114.967)
Adições 2014	- (7.537.138)	(459.746)	(36.095)	(15.019)	(150.677)	(3.230.221)	(40.190)	-	(11.468.085)
Baixas 2014	-	-	-	1.496	-	-	-	-	1.496
Transferências 2014	-	-	-	-	14	-	(14)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	- (43.868.948)	(5.931.984)	(89.317)	(218.826)	(1.004.960)	(25.310.611)	(157.911)	-	(76.582.557)

## Imobilizado líquido:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.711.691	32.177.424	5.862.175	211.081	96.483	946.278	12.441.923	150.626	15.998.144	69.595.825
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.711.691	39.714.562	6.321.921	111.055	92.698	1.013.953	15.576.991	84.112	9.175.159	73.802.142

## Taxas de depreciação anual:

2013	0%	10%	4%	20%	10%	10%	10%	20%	0%
2014	0%	10%	4%	20%	10%	10%	10%	20%	0%

A Companhia, ainda, não procedeu com a revisão da vida útil dos bens que integram seu acervo patrimonial, não efetuou teste de recuperabilidade para a verificação da existência de perdas por desvalorização e não atribuiu custos aos ativos com valor de mercado superior ao valor registrado, para aqueles que apresentam diferenças relevantes entre o custo de aquisição e o valor de uso/venda (embora seja facultativo), de modo que os mesmos estão apresentados com o custo histórico como base de valor e com as depreciações calculadas de acordo com os critérios fiscais (IN SRF nº 162/98 e alterada pela IN SRF nº 130/99, determinadas pela Receita Federal do Brasil). Esse trabalho de conciliação completa dos ativos fixos conforme Resolução CFC Nº. 1.177/09, ainda não foi realizado por questão de custo e mudança da Diretoria da Companhia, devendo ser retomadas as medidas para contração, o mais breve possível.

## 10 – FORNECEDORES

DESCRIÇÃO	31/12/2014	31/12/2013
<b>Fornecedores:</b>	<b>499.448</b>	<b>340.548</b>
CELG Distribuição S/A	273.753	209.110
GMB Construtora e Incorporadora Ltda.	-	111.541
Polcard Systems e Serviços S/A	110.609	-
Outros fornecedores	115.086	19.897
<b>Retenções de fornecedores:</b>	<b>100.383</b>	<b>62.418</b>
Rod Edif e Const Civil Ltda.	23.754	23.754
Sedesp Serv. Desm. e Pat. Ltda.	15.919	15.919
Etica Construtora Ltda.	7.732	7.732
Newenge Engenharia Ltda.	28.060	-
Conpar Construtora Paranaíba Ltda.	23.585	5.358
Outros	1.333	9.655
<b>TOTAL</b>	<b>599.831</b>	<b>402.966</b>

(a) As retenções de fornecedores referem-se a valores previstos em contratos de prestação de serviços de obras, os quais serão repassados aos prestadores na data de finalização dos serviços.

## 11 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

DESCRIÇÃO	31/12/2014	31/12/2013
<b>Salários e Encargos:</b>		
Fundo de previdência a recolher	24.353	20.786
IPASGO a recolher	14.151	12.106
FGTS a recolher	58.737	46.157
INSS a recolher	208.408	199.040
Contribuição sindical a recolher	-	347
Provisão de férias	592.867	455.064
INSS provisão de férias	153.610	111.046
FGTS provisão de férias	43.456	31.793
<b>TOTAL</b>	<b>1.095.582</b>	<b>876.339</b>



12 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E FISCAIS

DESCRIÇÃO	31/12/2014	31/12/2013
<b>CIRCULANTE</b>	<b>1.273.439</b>	<b>1.425.901</b>
IRRF s/ salários	62.423	57.968
IRRF de pessoa jurídica	4.253	2.049
PIS/COFINS/CSLL	13.186	6.350
ISSQN	11.095	21.485
PIS a pagar	8.236	6.296
COFINS a pagar	39.153	29.001
INSS retido IN 971/09	3.908	4.924
ITU/IPTU (a)	1.131.136	1.276.602
PAES – RFB	-	21.226

<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>504.540</b>	<b>1.373.057</b>
ITU/IPTU (a)	(a) 504.540	1.373.057

<b>TOTAL</b>	<b>1.777.979</b>	<b>2.798.958</b>
--------------	------------------	------------------

(a) Em 2013 a Goiasindustrial efetuou parcelamento relativo ao IPTU/ITU dos terrenos do Distrito Agroindustrial de Anápolis – DAIA, lançados pela Prefeitura Municipal de Anápolis relativamente às competências de 1990 a 2012. No entanto, não foi possível efetuar levantamento relativo aos mesmos tributos incidentes sobre os terrenos dos demais Distritos.

13 – OBRIGAÇÕES COM CONVÊNIOS

DESCRIÇÃO	31/12/2014	31/12/2013
Convênio nº 05	(a) 11.348.319	27.810.604
Convênio nº 06	(b) 10.560.762	10.542.535

<b>TOTAL</b>	<b>21.909.081</b>	<b>38.353.139</b>
--------------	-------------------	-------------------

(a) Em 2013, a Goiasindustrial celebrou convênio (05/2013) com a Secretaria de Estado de Indústria e Comércio / Funprodur, no valor total de R\$ 30.963.603, para investimentos em infraestruturas e manutenção dos distritos industriais. Em 10/09/2014 foi registrado o 1º Termo Aditivo, no qual o Convênio passou a ser de R\$ 14.726.863. Em 2014, a Companhia reconheceu como receita de subvenção no resultado do exercício o montante de R\$ 1.328.891.

(b) Em 2013, a Goiasindustrial celebrou convênio (06/2013) com a Secretaria de Estado de Indústria e Comércio / Funprodur, no valor total de R\$ R\$ 11.840.664, para a construção do anel viário do Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA), de sorte que a Companhia tem como obrigação a prestação de serviços para o convênio, conforme termos pactuados.

14 – CONTAS A PAGAR

A Companhia reclassificou em 2014 o montante de R\$ 412.620, do grupo de adiantamento de clientes, para o grupo de contas a pagar. Este saldo refere-se a recebimentos antecipados pela venda de terrenos, cujos contratos foram cancelados, podendo, conforme o caso, serem devolvidos aos antigos clientes.

15 – DOAÇÕES E SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTO

A Companhia registrou na rubrica doações e subvenções para investimento, no passivo não circulante, valores relativos ao recebimento, em doação, de áreas para futura implantação de distritos e polos industriais nas cidades de Crixás, Paraúna e Silvânia. O saldo será mantido no passivo até que sejam atendidas as condições para o reconhecimento da subvenção, conforme Resolução CFC Nº. 1.305/10.

16 – CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO

A Companhia possui capital autorizado no valor de R\$ 200.000.000, bem como capital subscrito e integralizado no valor de R\$ 145.521.661 o qual está dividido em 145.521.661 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Abaixo, segue boletim de composição do capital em ações:

ACIONISTAS	31/12/2013	AUMENTO	31/12/2014
Goiasinvest	5.471.850	-	5.471.850
Estado de Goiás	140.036.599	-	140.036.599
Banco do estado de Goiás - Beg	6.411	-	6.411
Prodago	47	296	343
Caixego	47	-	47
Crisa	296	(296)	-
Metago	47	-	47
Saneago	6.364	-	6.364
<b>TOTAL DE AÇÕES</b>	<b>145.521.661</b>	<b>-</b>	<b>145.521.661</b>

17 – RECEITA LÍQUIDA COM VENDAS

DESCRIÇÃO	31/12/2014	31/12/2013
<b>RECEITA BRUTA</b>	<b>22.718.228</b>	<b>19.045.167</b>
Venda de terrenos	2.996.011	966.751
Serviços de água e esgoto	19.722.217	18.078.415
<b>(-) DEDUÇÕES DA RECEITA</b>	<b>(2.163.883)</b>	<b>(1.852.645)</b>
(-) Devoluções de vendas	(20.058)	50.797
(-) Tributos incidentes s/ vendas e serviços	(2.143.825)	(1.801.847)
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>20.554.345</b>	<b>17.192.522</b>

18 – DESPESAS ADMINISTRATIVAS

DESCRIÇÃO	31/12/2014	31/12/2013
Goiânia - Sede	(2.910.239)	(3.925.515)
Anápolis - Daia	(385.571)	(3.363.171)
Catalão - Dimic	(43.791)	(16.207)
Goianira	(47.085)	(39.678)
Aparecida - Daiag	(88.517)	(41.750)
Senador Canedo	(35.737)	(31.331)
Uruaçu	(85.614)	(35.629)
Goianésia	(57.511)	(57.074)
Rio Verde	(2.261.688)	(2.267.368)
Itumbiara - Diagri	(533.148)	(533.158)
Goiatuba	(14.452)	(24.005)
Santo Antônio do Descoberto	(10.279)	(10.280)
Abadiânia	(58.664)	(59.996)
Chapadão do Céu	(1.659)	(2.489)
Ceres	(12.927)	(12.927)
Pontalina	(37.253)	(42.595)
Bela Vista	(321.450)	(322.581)
Porangatu	(23.575)	(23.717)
Rubiataba	(14.272)	(14.330)
Pires do Rio	(28.934)	(28.934)
São Miguel do Araguaia	(9.815)	(9.815)
Jussara	(15.519)	(15.519)
Goiás Velho	(13.450)	(16.068)
Cabeceiras de Goiás	(13.951)	(13.951)
Mineiros	(16.554)	(36.333)
Caldas Novas	(39.780)	(41.673)
Inhumas	(305.162)	(312.133)
Luziânia	(187.881)	(151.722)
Marzagão	(2.298)	(2.298)
Piracanjuba	(63.912)	(37.220)
Corumbáiba	(20.683)	(20.683)
Orizona	(43.827)	(43.827)
Ouvidor	(131.061)	(131.061)
Morrinhos	(86.374)	(88.776)
Abadia de Goiás	(17.326)	(17.326)
Palmelo	(10.294)	(10.294)
Mairipotaba	(4.261)	(4.261)
Vianópolis	(6.598)	(6.598)
Sanclerlândia	(56.353)	(56.353)
<b>TOTAL</b>	<b>(8.017.468)</b>	<b>(11.868.646)</b>

19 – OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

DESCRIÇÃO	31/12/2014	31/12/2013
Receitas diversas	140.807	250.239
Subvenção estadual	1.328.891	1.195.833
Interviniência e benfeitorias	1.220.306	420.533
Reversão de Provisões	91.153	(31.614)
Aluguel de Terreno	76.907	19.414
Aluguel de Galpão	6.500	12.000
Indenização por bens sinistrados	44.875	-
Baixa de bens sinistrados	(43.379)	-
Estimativas de perdas	(35.580)	-
<b>TOTAL</b>	<b>2.830.480</b>	<b>1.866.405</b>

20 – RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

DESCRIÇÃO	31/12/2014	31/12/2013
<b>RECEITAS FINANCEIRAS</b>	<b>959.325</b>	<b>735.745</b>
Juros recebidos	17.695	15.276
Descontos obtidos	22	344.699
Recuperação de despesas	11.229	52.516
Rendimento aplicação financeira	883.783	217.514
Receita com atualização	46.596	105.740
<b>DESPESAS FINANCEIRAS</b>	<b>(64.143)</b>	<b>(26.445)</b>
Juros e encargos	(1.497)	(6.315,79)
Despesas bancárias	(13.343)	(12.910,28)
Descontos concedidos	(46)	(852,80)
Multas não dedutíveis	(26.851)	-
Atualização monetária	(8.900)	-
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(13.506)	(6.366,35)
<b>TOTAL</b>	<b>895.182</b>	<b>709.300</b>

21 - CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

A Companhia é parte envolvida em processos cíveis e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais internos ao final de cada exercício.

O demonstrativo na data base de 31 de dezembro de 2014 contendo os riscos contingentes, para as quais não há provisão constituída, conforme opinião de seus assessores jurídicos encontra-se no quadro a seguir:



PROCESSO	PARTE	NATUREZA DA AÇÃO	VALOR ESTIMADO (R\$)	CIDADE	RISCO
201104268587	Restaurante Sol Nascente Ltda.	Manutenção de posse	1.000	Anápolis	Possível
200900920750	Alcides José da Silva	Manutenção de posse	1.000	Anápolis	Possível
201401726334	Eva Fernandes Santos	Manutenção de posse	300.000	Anápolis	Possível
201301739779	Ministério Público do Estado de Goiás	Ação civil pública C/C Ação de Improbidade Administrativa	1.000.000	Anápolis	Possível
201401061049	Ministério Público do Estado de Goiás	Ação civil pública C/C Ação de Improbidade Administrativa	9.787.088	Anápolis	Possível
200500736710	Município de Anápolis	Execução Penal	1.139.376	Anápolis	Possível
200905009490	Fazenda Pública do Município de Catalão	Execução Penal	27.796	Catalão	Possível
<b>TOTAL</b>			<b>12.266.260</b>		

## 22 - PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como parte relacionada a Saneamento de Goiás S/A – SANEAGO, porque esta é sócia da Companhia em 0,0044%. Além disso, ambas são controladas pelo Estado de Goiás. A Companhia fornece água tratada à SANEAGO, mas em condições diferentes do mercado, pois além da tarifa praticada ser 22,5% a menor, o prazo para recebimento é estendido em relação aquele concedido aos demais clientes, conforme contrato nº 318 emitido pela SANEAGO em 06/03/2014, com vigência de 12 meses, podendo ser prorrogado por até 60 meses. Destaca-se ainda que, a SANEAGO é o principal cliente da Companhia.

## 23 - EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 12 de Dezembro de 2014 e 16 de Dezembro de 2014, a Companhia protocolou um requerimento junto a Prefeitura Municipal de Anápolis, pleiteando a exclusão de matrículas para cobrança de ITU/IPTU de terrenos no Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA) referente ao período de 1990 a 2012, que, conforme levantamento realizado pela Goiasindustrial, não competem à Companhia, por a mesma não deter a propriedade dos imóveis, que se encontram registrados na rubrica "ITU/IPTU Parcelamento", no passivo circulante e passivo não circulante.

**Luiz Antônio Faustino Maronezi**  
Diretor Presidente  
CPF: 216.926.678-72

**Manoel Dias Neves Junior**  
CRC-GO 014802/O-8  
CPF: 888.902.011-34

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos  
Administradores e acionistas da  
Companhia de Distritos Industriais de Goiás (GOIASINDUSTRIAL)  
Goiânia-GO

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Distritos Industriais de Goiás (GOIASINDUSTRIAL), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### Responsabilidade da administração da Companhia sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis brasileiras e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

### Base para opinião com ressalva

Conforme descrito na nota explicativa nº. 7, a Companhia não mantém conciliação efetiva do saldo contábil do estoque de terrenos mantidos para revenda com as informações controladas pela área responsável (Assentamento) e, por isso, não temos como manifestar opinião sobre o saldo contábil apresentado.

Conforme descrito na nota explicativa nº. 9, a Companhia controla seus ativos imobilizados em sistema próprio de patrimônio e os mantém avaliados ao custo de aquisição ou formação. Em 2014, assim como em exercícios anteriores, a Companhia não revisou a vida útil dos ativos imobilizados, não realizou o teste de recuperabilidade e não determinou valor residual para os bens recuperáveis ao final da vida útil, conforme disposições das Normas Brasileiras de Contabilidade. Para que os saldos contábeis espelhem, com segurança, a realidade econômico-financeira do imobilizado, a Companhia terá que realizar o levantamento físico e documental de seus ativos fixos,

procedendo a conciliação contábil, revisão de vida útil e apuração da existência ou não de indicadores de perda por desvalorização dos bens e unidades geradoras de caixa. Por essa razão, não foi possível mensurarmos os impactos decorrentes da ausência de conciliação do ativo imobilizado, incluindo a revisão de vida útil e possíveis perdas por desvalorização.

A Companhia não tem conhecimento sobre exigibilidade de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e do Imposto Territorial Urbano (ITU) para seus distritos industriais (exceto Anápolis que foi objeto de parcelamento em 2013), considerando que cada município possui políticas próprias quanto à isenção temporária ou permanente de tributos para implantação de parques industriais.

### Opinião com ressalva

Em nossa opinião, com exceção de possíveis impactos decorrentes dos assuntos apresentados nos parágrafos do tópico 'Base para opinião com ressalva', as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Distritos Industriais de Goiás (GOIASINDUSTRIAL) em 31 de dezembro de 2014, o desempenho das suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Outros assuntos

As demonstrações financeiras do exercício de 2013 foram por nós auditadas e o nosso relatório emitido em 22 de abril de 2014, continha ressalvas quanto estoque, ao ativo imobilizado e ao prejuízo de 2013 superavaliado pelo registro do montante de R\$ 2.865.990 de IPTU e ITU do Município de Anápolis.

Goiânia, 23 de abril de 2015.

Floresta Auditores Independentes SS

CRC GO 905/O-0

Liviel Floresta

CT CRC SP-84900/T GO

Carly Ferreira dos Anjos

CT CRC GO-012343/O-0

Murilo Santos Floresta

CT CRC GO-017572/O-0

## PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Conselho de Administração da COMPANHIA DE DISTRITOS INDUSTRIAIS DE GOIÁS – GOIASINDUSTRIAL, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 142, da Lei 6.404/76 e suas posteriores alterações, após análise das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, bem como das contas e dos atos de sua Diretoria e embasados no parecer do Conselho Fiscal, no parecer dos Auditores Independentes, com ressalvas, deliberaram, por unanimidade, pela aprovação que os mencionados documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades da Companhia, e estão em condições de serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral dos Acionistas.

Goiânia, 23 de abril de 2015.

WILLIAM LEYSER O DWYER  
Presidente do Conselho

LUIZ ANTÔNIO FAUSTINO MARONEZI  
Vice Presidente

BRENO CELSO DE MOURA BARBOSA  
Conselheiro

ALEXANDRE EDUARDO FELIPE TOCANTINS  
Conselheiro

JOÃO FURTADO DE MENDONÇA NETO  
Conselheiro

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da COMPANHIA DE DISTRITOS INDUSTRIAIS DE GOIÁS – GOIASINDUSTRIAL, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163, da Lei 6.404/76 e suas posteriores alterações, examinou o relatório da administração, as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

- Não houve irregularidades, ilegitimidades, ilegalidades em atos da gestão e no exame das contas do exercício.
- O resultado das análises verificadas durante o exercício, inclusive quanto ao relatório de gestão está em conformidade com a lei.
- A situação dos administradores está regular perante os cofres da entidade.

Com base nos documentos examinados, nos esclarecimentos prestados por representantes da administração da Companhia e no parecer com ressalvas emitido pela Floresta Auditores Independentes SS, opinam por unanimidade que os mencionados documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, com exceção dos itens mencionados pelos auditores, estão em condições de serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral dos Acionistas.

Goiânia, 23 de abril de 2015.

OTÁVIO ALEXANDRE DA SILVA  
Membro do Conselho Fiscal

LUIZ MEDEIROS PINTO  
Membro do Conselho Fiscal

SEBASTIÃO MIRANDA DA SILVA  
Membro do Conselho Fiscal